



1

“Não sabeis vós, irmãos (pois que falo aos que sabem a lei), que a lei tem domínio sobre o homem por todo o tempo em que vive?” (Romanos 7.1).

Este capítulo 7 é um dos famosos capítulos da Epístola aos Romanos, e, na verdade, da Bíblia toda. Qualquer pessoa que tenha algum conhecimento da doutrina e da teologia cristãs terá falado e discutido muitas vezes sobre este capítulo. Talvez nenhum outro capítulo tenha sido mais vezes causa de discussão, debate e argumentação. É por isso que muitas pessoas o conhecem melhor do que o capítulo 6, mas, se eu fosse compelido a comparar estes dois capítulos um com o outro, eu diria que o capítulo 6 é mais importante que o capítulo 7. Entretanto isso não importa.

Muitos estão familiarizados com este capítulo 7 por causa da troca de argumentos que geralmente se dá com relação à parte final, que vai do versículo 13 ao fim do capítulo. O grande ponto de discussão é quanto ao que exatamente Paulo está dizendo ali. Estaria ele se descrevendo como era então, ou como fora no passado? Seria a descrição de um homem anterior à sua conversão, ou posterior? Esse é o assunto da grande argumentação.

Permitam-me dizer agora, logo no início, que terei bem pouca coisa a dizer sobre isso, porque, como eu a entendo, essa não é a questão mais importante deste capítulo. Descobriremos a interpretação correta se abordarmos o capítulo todo de maneira correta. A abordagem errônea, como há pouco indiquei, é correr apressadamente através dos primeiros versículos para chegar logo à parte final. Muitos que não conseguem entender a parte final não entendem justamente porque nunca entenderam a primeira parte. O apóstolo Paulo tinha mente sobremodo lógica. Ele sempre caminha passo a passo. Segue-se, pois, que, em sua argumentação, é muito perigoso isolar ou extrair um ou outro versículo ou parágrafo.





Por isso é muito importante, ao passarmos a considerar o ensino deste capítulo, que nos lembremos de como ele o iniciou. Como foi que ele veio a escrevê-lo? Que é que ele está tentando fazer ao escrevê-lo?

Começo, pois, lembrando a vocês a conexão, o contexto. Os capítulos 6 e 7 desta Epístola, ao que me parece – e como vimos quanto ao capítulo 6 – devem ser considerados como um parêntese. A exposição que o apóstolo faz da grande doutrina da redenção, o conteúdo de maior impacto do seu argumento, vai direto do capítulo 5, versículo 21, ao capítulo 8, versículo 1, ou talvez até o capítulo 8, versículo 5. Os capítulos 6 e 7 são um parêntese no qual o apóstolo afasta-se da sua rota a fim de esclarecer certas dificuldades que ele sabia que surgiriam na mente dos leitores desta sua carta em Roma, e que já tinham surgido na mente de muitos cristãos noutras igrejas. Essas dificuldades decorrem da tremenda declaração que Paulo faz no fim do capítulo 5, versículos 20 e 21. “Veio, porém, a lei”, diz ele, “para que a ofensa abundasse; mas, onde o pecado abundou, superabundou a graça; para que, assim como o pecado reinou na morte, também a graça reinasse pela justiça para a vida eterna, por Jesus Cristo nosso Senhor”. Essa é a declaração fundamental que encerra o argumento do capítulo 5, principalmente os versículos 12 a 19. Ali Paulo trata da nossa incorporação em Cristo e explica que agora somos para Cristo o que outrora éramos para Adão, e que, por conseguinte, o nosso futuro é certo e está garantido porque “onde o pecado abundou, superabundou a graça”, e, “assim como o pecado reinou na morte (ou, para a morte) também a graça (reinará) pela justiça para a vida eterna, por Jesus Cristo nosso Senhor”.

O apóstolo imediatamente toma consciência do fato de que essa declaração está sujeita a grave erro de entendimento, de que na verdade já estava sendo mal entendida. No capítulo 3 ele já havia dito que estava sendo injuriado com calúnia como se estivesse dizendo certas coisas (versículo 8). Frequentemente lhe faziam injustiça falseando suas palavras dessa maneira. Também nós temos procurado lembrar-nos de que, se a nossa pregação não nos expõe a esses ataques mentirosos, a probabilidade é de que não estamos pregando realmente o evangelho. Ninguém foi tão caluniado como Martinho Lutero, que, sob a direção do Espírito Santo, redescobriu a grande verdade que levou à Reforma Protestante. Ele era constantemente exposto a toda espécie de declarações falsas, tanto com





relação ao seu ensino como com relação à sua vida pessoal. Qualquer pessoa que pregue fielmente a doutrina da justificação pela fé será mal compreendida. Isso por causa do estonteante caráter dessa grande doutrina.

O apóstolo logo vê que havia a probabilidade de que lhe fossem feitas duas graves acusações. A primeira era a acusação de antinomismo, a acusação de que ele estava dizendo mais ou menos isto: “Viva como quiser, peque quanto quiser. Tudo está bem; a graça cuidará de você e cobrirá todo o seu pecado”. Ele se ocupa dessa acusação no capítulo 6: “Que diremos pois? Permaneceremos no pecado, para que a graça abunde?” Nos primeiros capítulos sobre esse texto vimos que ele refuta completamente esse argumento. Ele faz isso nos versículos de 1 a 13 do capítulo 6, onde afirma que o efeito da graça abundante não é o pecado, mas sim a justiça, a retidão. No entanto depois, no versículo 14, diz ele que “o pecado não terá domínio sobre vós, pois não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça”, e aí também ele sabe que será mal compreendido e que as pessoas dirão: “Pois quê? Pecaremos porque não estamos debaixo da lei, mas debaixo da graça?” Ele refuta isso também, e de maneira terminante e incontestável no restante do capítulo 6. Ele demole essas sugestões falsas; ele prova que o efeito da graça abundante, longe de estimular o pecado, visa à morte do pecado e leva à santidade, à justiça e à glória na presença de Deus. Na verdade, ele prova que toda a finalidade da graça é promover a santidade, porque o propósito da graça é fazer-nos santos, inculpáveis e perfeitos na presença de Deus.

Contudo ainda há outro problema do qual tratar, porque no fim do capítulo 5, versículos 20 e 21, ele não somente havia feito declarações acerca da graça, mas também se referira ao lugar e à função da Lei. Isso também, tendo sido mal compreendido, levou à segunda acusação que estava sendo movida contra o apóstolo, a saber, que a sua pregação da justificação somente pela fé e da nossa união com o Senhor Jesus Cristo parecia eliminar totalmente a Lei e toda ideia de lei, nos procedimentos de Deus para com a raça humana. Pois bem, não admira que as pessoas digam isso, porque Paulo tinha empregado uma frase um tanto audaz acerca da Lei no versículo 20 do capítulo 5. “Veio, porém, a lei”, disse ele; e nós o parafraseamos dizendo: “A lei entrou, não na linha principal, mas, por assim dizer, pelas laterais”. Paulo sabia que as pessoas de mentalidade legalista e de antecedentes judaicos estariam inclinadas a dizer:





“Você não deve falar desse jeito da Lei, não deve falar da Lei como algo que corre por fora. Não seria isso menosprezar a grandeza e a glória da Lei? Não seria virtualmente sugerir que a Lei é uma coisa mais ou menos indiferente?” É porque o apóstolo sabia que a sua frase estava sujeita a ser mal compreendida que ele dedica este capítulo 7 a uma explanação e explicação do que ele quis dizer com aquela forma de expressão.

Depois, o apóstolo tinha repetido essa declaração, talvez em termos mais fortes, no versículo 14 do capítulo 6. Ao concluir o seu primeiro argumento no capítulo 6, ele tinha dito: “Porque o pecado não terá domínio sobre vós”, e aqui está o seu motivo para dizer isso: “pois não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça”. Ele parece gloriar-se nesse fato. Parece que ele está dando outro golpe na Lei. Ele já a tinha derrubado, digamos, no capítulo 5, versículo 20; agora pisa nela. Imediatamente os seus opositores pegam seus cacetes e dizem: “Certamente essas declarações são muito erradas e muito perigosas; o certo é que, se você vai ab-rogar a Lei e eliminá-la completamente, estará acabando com toda a garantia de uma santa e reta conduta e comportamento. É impossível a santificação sem a Lei. Se você tratar a Lei desse modo e se descartar dela, e ainda por cima alegrar-se por fazer isso, acaso não estará encorajando a ilegalidade, e não estará pouco menos que incitando o povo a viver pecaminosamente?” A Lei, eles acreditavam, era a grande garantia de um viver santo e da santificação. É evidente que o apóstolo precisa salvaguardar sua pessoa, bem como a verdade do evangelho, contra esse entendimento errôneo e essa acusação em particular.

Pois bem, é precisamente esse o propósito deste capítulo 7. É explicar o que ele quer dizer quando afirma que a Lei veio como que por fora, e que se regozija no fato de que não estamos “debaixo da lei, mas debaixo da graça”. Este capítulo 7 é uma exposição ou explicação expandida dessas duas declarações, ou, para dizê-lo mais positivamente, seu propósito é mostrar-nos a função e o intento da Lei dada por Deus, mediante Moisés, aos filhos de Israel.

Mas o apóstolo tem mais um objetivo em vista, a saber, mostrar que a santificação pela Lei é tão impossível como a justificação pela Lei. O tema dos quatro capítulos iniciais da Epístola é que o pecador nunca pode ser justificado pela Lei. Ele já tinha resumido isso numa grande declaração no capítulo 3, versículo 20: “Por isso nenhuma carne será justificada diante dele pelas obras da lei”. Aí está a afirmação categórica. Agora, ei-lo aqui





praticamente dizendo no capítulo 7: “Por isso nenhuma carne será santificada diante dele pelas obras da lei”. Como é impossível ser justificado pela Lei, é igualmente impossível ser santificado pela Lei. Como veremos mais adiante, ele se expressa fortemente, ao ponto de dizer que, não somente o homem não pode ser santificado pela Lei, mas é de fato certo dizer que a Lei é um obstáculo para a santificação e que agrava o problema da santificação. Essa é a tese deste capítulo 7. Não somente o homem não pode ser santificado pela observância da Lei; a Lei é até um empecilho e um obstáculo para a santificação. Essa é a tese geral, a proposição fundamental que ele se dispõe a provar; devemos tê-la firme em nossa mente.

Ao passarmos a seguir o minucioso desdobramento da referida proposição, dividimos o capítulo em três partes. Em nenhum outro lugar é mais importante que olhemos panoramicamente o capítulo, antes de passarmos aos detalhes, do que nesta passagem. É fácil ficarmos confusos e perdidos nalgumas das exposições detalhadas, se deixarmos de ter em mente o que basicamente Paulo está dizendo a seus leitores. A primeira divisão consiste dos versículos 1 a 6. Temos aí uma exposição na qual o apóstolo define a nossa relação como crentes com a Lei. Ao mesmo tempo, ele mostra por que a mudança em nossa relação com a Lei é absolutamente essencial para a nossa santificação, como foi para a nossa justificação. O versículo chave nesta seção é o versículo 4; é um texto crucial. Diz ele: “Assim, meus irmãos, também vós estais mortos para a lei pelo corpo de Cristo”. Por quê? “Para que sejais doutro, daquele que ressuscitou dentre os mortos.” Mas por que você deve estar unido como que matrimonialmente a ele? Por que devo estar unido a alguém e, em particular, a Cristo? Eis a resposta – “a fim de que demos fruto para Deus”. Esse é o verdadeiro assunto, a questão de vital importância. O que interessa ao apóstolo é a produção desse fruto para Deus; e sua tese no capítulo todo é que você jamais poderá produzir fruto para Deus, enquanto estiver ligado à Lei, casado com a Lei. Há somente um modo de produzir fruto para Deus: estar casado com o Senhor Jesus Cristo. Essa é a tese de Paulo! Nos versículos 1 a 6 ele o diz em termos gerais. Como crentes, qual é a nossa relação com a Lei? Não é a que foi outrora; houve mudança. Ele nos diz como foi que isso aconteceu, e qual o propósito disso tudo. Jamais poderíamos produzir fruto para Deus, se aquela relação não tivesse sido mudada e não tivéssemos entrado numa nova relação. Essa é a primeira parte.

